

Sumário

Apresentação à 3ª Edição	13
Apresentação à 2ª Edição	15
Apresentação à 1ª Edição	17
Prefácio à 1ª Edição	19
Introdução.....	21
Capítulo 1 — Escravidão no Brasil — Âmbito de Incidência	23
1.1. Escravidão indígena.....	23
1.2. Escravidão negra.....	29
1.2.1. Normas da abolição da escravidão negra e respectivos acontecimentos históricos e econômicos.....	33
1.3. Escravidão contemporânea — quem é o escravo e o escravocrata?	35
1.3.1. Amplitude da expressão “trabalho escravo”	39
1.3.2. Causas da escravidão contemporânea.....	40
1.3.3. Características e modalidades.....	41
1.4. Escravidão infantil na zona rural.....	44
1.5. Escravidão por dívida (servidão por dívida, <i>truck system</i> ou sistema de bar- ração).....	46
1.6. Escravidão urbana do imigrante	51
1.7. Escravidão digital — Teletrabalho escravo	57
Capítulo 2 — Regime Jurídico de Proteção ao Trabalho e Formas de Combate à Escravidão Contemporânea	60
2.1. A Constituição Federal de 1988	60
2.2. Declaração dos Direitos Humanos — Convenção da ONU	62
2.2.1. Pactos internacionais — PIDCP e PIDESC, Convenção Americana sobre Direitos Humanos e protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas	

contra o Crime Organizado Transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças — Protocolo de Palermo — ONU.....	64
2.3. Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	67
2.4. Consolidação das Leis do Trabalho (Lei Ordinária) e Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho (NRs).....	69
2.5. Código Penal Brasileiro e suas alterações	75
2.6. Instrução Normativa, Termo de Compromisso, Portarias, Resoluções e Decretos	81
2.7. Medida Provisória n. 74 — Convertida na Lei n. 10.608/2002	90
2.8. Programa Governamental: Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo	90
2.8.1. Primeiro Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.....	90
2.8.2. Segundo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.....	92
2.9. Plano MDA/INCRA para a Erradicação do Trabalho Escravo.....	95
2.10. Proposta de Emenda à Constituição Federal (PEC)	98
2.10.1. Emenda Constitucional n. 81/14, aprovada em 27.5.2014 e publicada em 5.6.2014	100
2.11. Quadro geral das normas protetivas de combate ao trabalho em condições análogas à de escravo (rol não taxativo).....	101
Capítulo 3 — Tutela dos Interesses Metaindividuais na Justiça do Trabalho	106
3.1. Interesses difusos	106
3.1.1. Escravidão — interesse difuso	108
3.2. Interesses coletivos	110
3.3. Interesses individuais homogêneos	111
3.4. A importância do Inquérito Civil e do Termo de Ajuste de Conduta no combate ao trabalho escravo	112
Capítulo 4 — Ação Civil Pública Trabalhista (ACPT).....	125
4.1. Origem, conceito e natureza jurídica.....	125
4.2. Competência material, funcional e territorial.....	126
4.3. Finalidade e objeto.....	128
4.4. Dano moral coletivo e sua destinação.....	130
4.5. Legitimidade (ativa e passiva) e litisconsórcio	131
4.6. Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e Inquérito Civil	132

4.7. Rito processual.....	132
4.8. Liminar, tutela provisória e efeitos da sentença.....	133
4.9. Pedidos na ACPT	134
4.9.1. Pedido de dano moral.....	136
4.9.2. Pedido de dano existencial	138
4.10. Conversão, em obrigação de fazer, da imposição do recolhimento do FAT	141
4.11. Casos: 7 Ações Cíveis Públicas vs Bancos	142
4.12. Prescrição	147
Capítulo 5 — Ministério Público do Trabalho.....	150
5.1. Atuação do MPT no combate ao trabalho escravo.....	150
5.2. Enunciados da CONAETE.....	151
5.3. Parceiros do MPT.....	152
5.3.1. Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) — “a Móvel”	152
5.4. Participação do MPT na produção de provas no caso Fazenda Verde vs. Brasil	156
Capítulo 6 — Dados Estatísticos sobre o Trabalho Escravo no Brasil, Segundo Informações da OIT, SIT/MTE e ONG Reportagem Brasil, por Meio de Gráficos Elucidativos	158
6.1. Dados estatísticos — período: 2001 a 2005.....	158
6.2. Dados estatísticos — período: 2006 a 2014.....	172
6.3. Dados estatísticos — período: 2006 a 2020 (1º semestre)	176
Capítulo 7 — Análise da Eficácia da ACPT na Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil.....	180
7.1. Eficácia ou não da ACPT no combate ao trabalho escravo contemporâneo?....	182
7.2. A conscientização como forma de combater a escravidão.....	182
7.3. Agenda 2030 da ONU — meta 8 — trabalho decente.....	191
Conclusão	193
Bibliografia.....	195
Revistas	198
Sites pesquisados.....	198

Anexos	201
Tabela MTE — 2005, 2006, 2007 e quadro comparativo 2003 a 2014.....	201
Anexo I – Resultados da Fiscalização do Trabalho (janeiro a dezembro de 2005) ...	201
Anexo II – Resultados da Fiscalização do Trabalho (janeiro a dezembro de 2006)..	201
Anexo III – Resultados da Fiscalização do Trabalho (janeiro a dezembro de 2007).	202
Anexo IV – Quadro comparativo da fiscalização do trabalho (2003 a 2014)	203
Anexo V – Protocolo da 103ª Conferência da OIT, publicado em 11.6.2014 — <i>Text of the Protocol to the Forced Labour Convention, 1930</i>	204
Anexo VI – Exercícios de provas de concurso do MPT	213
Anexo VII – Exercícios de provas de concurso da Magistratura do Trabalho.....	242
Anexo VIII – Resolução n. 179, CNMP.....	250
Anexo IX – Portaria n. 1.066, de 23 de setembro de 2019 (DOU de 24.09.2019 – Seção 1)	254
Anexo X – Recurso Especial n. 1.843.150 – PA (2019/0306530-1) do Superior Tribunal de Justiça	267
Anexo XI – Portaria SEPT/ME n. 396, de 11.01.2021	268